



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE ZOOTECNIA

ARTHIELL BRAZ MACIEL DE AZEVEDO

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIÁRIOS DO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE 2018 E 2021 NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

AREIA

2021

ARTHIELL BRAZ MACIEL DE AZEVEDO

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIÁRIOS DO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE 2018 E 2021 NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Zootecnia no Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Zootecnia.

Orientadora: Profa. Me. Márcia Eugênia de
Souza

AREIA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A994d Azevedo, Arthiell Braz Maciel de.

Diagnóstico socioeconômico de agricultores familiares beneficiários do projeto Dom Hélder Câmara no período compreendido entre 2018 e 2021 no município de Picuí-PB / Arthiell Braz Maciel de Azevedo. - Areia:UFPB/CCA, 2021.

33 f. : il.

Orientação: Márcia Eugênia de Souza.
TCC (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Zootecnia. 2. Agricultor familiar. 3. Políticas públicas. 4. Projeto Dom Hélder Câmara. I. Souza, Márcia Eugênia de. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 636(02)

ARTHIELL BRAZ MACIEL DE AZEVEDO

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIÁRIOS DO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE 2018 E 2021 NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Zootecnia no Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Zootecnia.

Aprovado em: 13/12/2021.

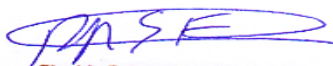
BANCA EXAMINADORA



Profa. Me. Márcia Eugênia de Souza (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Me. Maurício de Siqueira Silva
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA)



Zootecnista Rinaldo Robson Santos Ferreira
Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP)

RESUMO

O propósito deste trabalho foi avaliar as condições socioeconômicas e o desempenho dos beneficiários dos recursos advindos do Projeto Dom Helder Câmara, no município de Picuí, no estado da Paraíba, no período compreendido entre 2018 e 2021. O diagnóstico das famílias foi realizado em Picuí, município localizado na Mesorregião da Borborema, Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, no Estado da Paraíba. O levantamento das informações foi realizado utilizando o método participativo, tendo como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada norteadas por questionário utilizado no Projeto Dom Helder. Segundo Verdejo (2006), O resultado desse diagnóstico constitui-se em uma orientação, e não um guia rígido, uma vez que cada diagnóstico representa uma etapa de reconstrução dos conhecimentos acumulados e um exercício de escuta, de observação e de síntese, servindo de estímulo à reflexão crítica e pessoal. As ferramentas metodológicas são capazes de identificar, analisar e visualizar o cenário atual de um grupo e torná-lo organizado e fortalecido, contribuindo para a elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos. No município de Picuí, 49 famílias foram contempladas no Projeto, as quais atenderam aos pré-requisitos solicitados, e assinaram um termo de adesão, e dessas, devido a limitação de recursos, apenas 20 famílias foram contempladas. Constatou-se após os resultados da pesquisa, o sentimento por parte das famílias contempladas, que o acesso ao Projeto possibilitou mudanças em suas vidas não tão somente no aspecto econômico, mas também em outras dimensões da vida social.

Palavras-chave: agricultor familiar; projeto dom helder câmara; políticas públicas.

ABSTRACT

The purpose of this work was to assess the socioeconomic conditions and the performance of beneficiaries of resources from the Dom Helder Câmara Project, in the municipality of Picuí, in the state of Paraíba, in the period between 2018 and 2021. The diagnosis of the families was carried out in Picuí, a municipality located in the Mesoregion of Borborema, Microregion of Seridó Oriental Paraibano, in the State of Paraíba. The survey of information was carried out using the participatory method, having as a research instrument the semi-structured interview guided by a questionnaire used in the Dom Helder Project. According to Verdejo (2006), The result of this diagnosis constitutes an orientation, not a rigid guide, since each diagnosis represents a stage of reconstruction of the accumulated knowledge and an exercise of listening, observation and synthesis, serving as encouragement of critical and personal reflection. The methodological tools are able to identify, analyze and visualize the current scenario of a group and make it organized and strengthened, contributing to the elaboration of strategic lines of development, to the definition of public policies, action programs and projects. In the municipality of Picuí, 49 families were included in the Project, which met the requested prerequisites, and signed an adhesion term, and of these, due to limited resources, only 20 families were covered. After the results of the research, the feeling on the part of the contemplated families that access to the Project enabled changes in their lives not only in the economic aspect, but also in other dimensions of social life.

Keywords: family farmer; camara helder dom project; public politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Composição familiar.....	19
Figura 2 – Faixa etária da composição familiar.....	19
Figura 3 – Nível de escolaridade dos beneficiários.....	20
Figura 4 – Tipos de moradia.....	21
Figura 5 – Saneamento básico das moradias.....	22
Figura 6 – Água para consumo humano.....	23
Figura 7 – Qualidade da água para consumo humano.....	23
Figura 8 – Renda familiar entre os anos de 2018 e 2021.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDHC	Projeto Dom Hélder Câmara
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Rural
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
SEDAP	Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFPA	Universidade Federal do Pará
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivo geral.....	9
1.2 Objetivo específico	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1 O Projeto Dom Helder Câmara na Paraíba.....	11
2.2 O Projeto Dom Helder Câmara no município de Picuí.....	12
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 Local da Pesquisa.....	15
3.2 Coleta de dados.....	15
3.3 Seleção das famílias.....	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
4.1 Perfil Socioeconômico das Famílias.....	18
4.1.1 Composição Familiar.....	18
4.1.2 Nível de escolaridade.....	19
4.1.3 Aspectos de Moradia.....	20
4.1.4 Saneamento Básico e Acesso a Água.....	21
4.1.5 Renda familiar analisada no início e no término da implementação do PDHC.....	23
5 CONCLUSÃO.....	25
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil tem-se presenciado, em particular na história dos agricultores familiares, a presença marcante da exclusão, fato que por vez potencializa uma insistente subalternidade, impondo aqueles uma trajetória de sofrimento resignado e aceitação pelo destino, muitas vezes submetendo sua trajetória de vida ao poder local (ASCARI et al., 2019).

O alto grau de concentração de terra e renda nas mãos de uma pequena parcela da população, traz como consequência a desigualdade social, excluindo trabalhadores rurais e da cidade, dos bens gerados pela sociedade, o que urge cada vez mais o atendimento aos mais pobres, através de políticas públicas (ALMEIDA, 2020).

De acordo com Singer (2004) “a emancipação dos pobres não se daria exclusivamente pela redistribuição do valor produzido do trabalho para o capital”. A partir dos anos noventa, e cada vez mais, vem se fortalecendo a grande relevância da questão agrícola, e juntamente com os movimentos pela terra, outras demandas surgiram, como o pleito por crédito rural, visto como perspectiva que possibilite mudanças nas condições de vida da população mais pobre, o que até então era uma característica mais evidente dos agricultores “estabelecidos”

Viu-se recentemente uma retomada do Estado brasileiro no processo de regulação de meio rural, o que havia sido abandonado durante a década de oitenta conforme afirma Belik (1995), em decorrência da crise fiscal. A retomada dessa capacidade regulatória do Estado, acontece principalmente pela pressão dos movimentos sociais do campo, além do reforço dos organismos internacionais, após constatação do crescente processo de exclusão da maioria da população rural. O marco dessa retomada pode-se destacar, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, surgido em 1996, no atendimento a essa necessidade, com uma modalidade de crédito voltada à inserção dos agricultores mais pobres, sem acesso a esse mercado, fato resultante da precariedade de meios materiais e institucionais (MATTEI, 2005; PAES, 2021; SCHINATTO & CARRARA, 2021).

No bojo desse cenário pela busca e combate à exclusão, redução da pobreza e uma maior acessibilidade ao crédito rural e assistência técnica tão necessária, destaca-se o Projeto Dom Helder Câmara, que se constitui em um conjunto de medidas que visa combater à pobreza rural e apoiar o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro, buscando reduzir as desigualdade, os efeitos das condições climáticas adversas, agindo em conjunto com e integrando-se as políticas públicas federais, estaduais e municipais (GUIMARÃES & LIMA, 2021).

As tecnologias alternativas de convivência com o semiárido crescem em números consideráveis e, à medida que têm sua eficácia comprovada, elas fortalecem o homem do campo. Na nova percepção, surge o conceito das tecnologias apropriadas, que têm como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população sertaneja, destacando o seu caráter alternativo (FURTADO et al., 2013 apud BARACUHY et al., 2017).

O Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC assim, através do melhoramento da articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, do acesso da população rural a essas políticas, e de políticas públicas por meio da replicação de inovações, busca construir um cenário mais favorável a população rural menos favorecida, bem como propõe ao leitor um passeio analítico nas trajetórias e opções metodológicas de organizações que fazem a extensão rural um ambiente focado em formas especiais de ações de algumas organizações não-governamentais que atuam no meio rural brasileiro (LASSMANN & AVILA, 2020; PDHC, 2021).

O propósito deste trabalho foi avaliar as condições socioeconômicas e o desempenho dos beneficiários dos recursos advindos do Projeto Dom Helder Câmara, no município de Picuí, no estado da Paraíba, no período compreendido entre 2018 e 2021.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar perfil de agricultores familiares do município de Picuí-PB, atendidos pelo Projeto Dom Hélder Câmara.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar a necessidade de assistência técnica;
- Avaliar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares;
- Analisar a resposta ao fomento do projeto Dom Hélder Câmara.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O momento atual marcado pela mundialização do capital, as mudanças socioeconômicas ocorrem em ritmos cada vez mais acelerados, o que nos conduz a um repensar sobre análises que contemplem uma dinâmica social (SILVA, 2020).

Diante deste cenário, políticas públicas que priorizam essa dinâmica, por meio de melhorias das condições de vida de determinadas categorias, em particular dos agricultores familiares, podem representar desencontros em relação às demandas, e interesses de classe, expressando um movimento marcado por avanços e recuos nos processos de territorialização e de construção de território (BOSETTI, 2021).

A compreensão de que a dinâmica social compõe um processo complexo e contraditório, possibilitou a apreensão da diversidade de ações, de projetos, de estratégias e de trajetórias existentes no interior das unidades produtivas familiares, no contexto do território nordestino, nas quais a produção econômica e a reprodução social são vistas como algo que transcende a racionalidade econômica, ou esquemas prévios da vida urbana capitalista (MACHADO et al., 2022).

No Brasil, o alto grau de concentração de terra e renda nas mãos de uma pequena parcela da população, evidencia cada vez mais a desigualdade social, o que por vezes exclui os trabalhadores rurais e da cidade, dos bens gerados pela sociedade, o que reforça a necessidade de um atendimento aos mais pobres, através de políticas públicas (ALMEIDA, 2020; Chaves & Arcoverde, 2021).

Desta forma, observou-se ao longo dos últimos anos, promovida principalmente pela pressão dos movimentos sociais do campo, uma maior capacidade regulatória do Estado, como também um grande reforço dos organismos internacionais, uma vez constatado um crescente processo de exclusão da maioria da população rural (ARAUJO & SIVA, 2021).

Frente a um cenário de desigualdades sociais, a existência de políticas públicas atuam de maneira a atenuarem as referidas desigualdades, e o agravamento da pobreza na cidade e no campo. Dentro deste contexto ganha destaque o Projeto Dom Helder Câmara, como um conjunto de ações que visam combater a pobreza, e apoiando o desenvolvimento rural sustentável nas regiões semiáridas do Brasil (GUIMARÃES & LIMA, 2021).

O Projeto Dom Helder Câmara–PDHC, através do melhoramento da articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável e a partir de uma abordagem territorial, do acesso da população rural a essas políticas, e de políticas públicas por meio da replicação de inovações, na tentativa de possibilitar condições mais favoráveis a população rural menos favorecida (SCHINATTO & CARRARA, 2021).

O PDHC teve início em 2001, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, atualmente Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, juntamente com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Rural –

ANATER, resultado de uma parceria firmada entre Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.

E de acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA(2019), até 2010 foram beneficiadas cerca de 13 mil famílias no semiárido nordestino.

2.1 O Projeto Dom Helder Câmara na Paraíba.

Em parceria o Governo do Estado, por meio da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER, e o Governo Federal com o objetivo de retirar 2.704 famílias da extrema pobreza na Paraíba, a medida em que procura criar condições para que possam produzir e comercializar seus produtos agrícolas nas comunidades rurais onde residem, como também participar dos programas sociais de comercialização do Governo Federal (EMPAER, 2021).

Assim por meio do Projeto Dom Helder Câmara, instituído na Paraíba a partir de 2017, buscou-se atenuar as condições precárias dos agricultores familiares, marcado por vez a presença efetiva em 53 municípios inseridos no Semiárido, distribuídos nas regiões do Sertão, Cariri, Curimataú e Agreste (GUIMARÃES & LIMA, 2021).

De acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a agricultura familiar é um importante supridor de alimentos para a população brasileira, sendo a principal responsável pela produção de alimentos como mandioca e feijão, por exemplo, além do milho, café, arroz, trigo, leite, carne suína, bovina e de aves (MAPA, 2019).

Projeto Dom Helder Câmara na Paraíba, é executado através do sistema participativo, pelo Governo do Estado, por meio da EMPAER, empresa vinculada à Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), que assessora as famílias desde o final de 2017, numa parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), entidade criada pelo Governo Federal para mediar e gerenciar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (PDHC, 2021).

As metodologias utilizadas são participativas, cuja a atenção é voltada para todos os membros da família, em que as ações são realizadas. Desde quando iniciou suas ações o PDHC, já realizou mais de nove mil visitas para assessoramento técnico-social, com 105 capacitações sobre comercialização dos produtos da agricultura, elaboração de mil projetos produtivos para o acesso aos recursos do Fomento das Atividades Produtividades Rurais (CÁRDENAS et al., 2021).

Cada família recebe uma dotação de fomento de R\$ 2.400,00 para a implantação de atividades produtivas que possam gerar renda familiar. Foi feito um mapeamento da ação que visa mostrar as potencialidades e as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias. A partir do referido diagnóstico, buscou-se alternativas e políticas públicas, que diminuam as dificuldades das pessoas que moram e trabalham no semiárido paraibano (GUIMARÃES & LIMA, 2021).

A previsão de término do projeto estava programado para abril de 2020, quando seriam realizadas mais de 100 capacitações, 1.800 visitas, como também a criação de Unidades Demonstrativas de Inovações, geradas para a agricultura familiar e convivência com o semiárido adaptadas à realidade local, servindo assim de referência para que as famílias possam desenvolver suas atividades posteriormente (CÁRDENAS et al., 2021).

Segundo o diretor Técnico da EMPAER, Jefferson Moraes, quando da implementação do PDHC, este constitui-se em ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido.

Destacou que o projeto está embasado no conceito de convivência e articulado de acordo com as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas por processos participativos de planejamento, gestão e controle social.

O Projeto Dom Helder Câmara na Paraíba, consolidou sua atuação, fundamentalmente, por desenvolver uma proposta de assessoria técnica permanente, multidimensional, diferenciada e concebida como uma ação contínua e sistêmica, focada nas demandas, objetivos e áreas de resultado de interesse das famílias beneficiadas, e referendadas em posicionamento técnico, e avaliações participativas que garantem a viabilidade das proposições apresentadas (GUIMARÃES & LIMA, 2021).

2.2 O Projeto Dom Helder Câmara no município de Picuí.

O município de Picuí situa-se na Mesorregião da Borborema e Microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Limita-se ao norte com Campo Redondo (RN) e Coronel Ezequiel (RN), leste com Nova Floresta e Cuité, sul com Pedra Lavrada, Nova Palmeira e, a oeste com Carnaúba dos Dantas (RN) e Frei Martinho. Possui uma área de 667,714 km². No último censo (2010) a população era de 18.222, segundo a estatística do IBGE a população estimada em 2021 é de 18.737, sendo que aproximadamente 33% da população reside na zona rural (IBGE, 2010).

A região do Semiárido brasileiro abrange uma área de 980.133,079 km² e compreende a 1.135 municípios de nove estados brasileiros, nessa região vive aproximadamente 22,6 milhões de pessoas, representando 12% da população do Brasil (IBGE, 2015).

Esta região possui características bastante marcantes, por exemplo, a caatinga, bioma exclusivamente brasileiro apresenta espécies endêmicas e compõe a maior parte do território com extensão de 734.478 Km² (MAPA, 2019).

Durante muito tempo, o semiárido foi visto como inviável e como uma região que não servia para a produção, nem mesmo para se viver, tendo em vista o baixo índice pluviométrico, que varia de 200 a 800mm por ano. Todavia, nas últimas décadas a ideia de combate à seca vêm sendo substituída por um novo paradigma dos planos de convivência e mitigação dos seus efeitos.

Uma solução baseada no desenvolvimento ecológico econômico e sobretudo estratégico, vem sendo cada vez mais divulgada e estimulada. Conviver com o semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se no meio ambiente conservando a natureza e tornando possível a vida (ABC, 2019).

A política de extensão rural (ER) é tida como uma das modalidades de política agrícola utilizada pelo poder público para intervir no meio rural, sendo que o principal objetivo está voltado para os aspectos econômicos, esta política visa o aumento da produção e da produtividade agropecuária, o bem-estar social das famílias e das comunidades rurais.

Como era de se esperar a evolução da extensão rural no Brasil sofreu influência das diferentes macrodefinições políticas dos sucessivos planos de desenvolvimento (GONÇALVES et al., 2016)

O Brasil sofreu uma grande influência principalmente dos Estados Unidos através dos pacotes tecnológicos, os quais incentivavam a mecanização e quimificação da agricultura, voltada principalmente para grandes latifúndios, excluindo os agricultores familiares, por não terem acesso a essas novas tecnologias devido à falta de recursos financeiros (MATOS, 2010).

Daí surge a modalidade de desenvolvimento da agricultura através do crédito rural, em que os agricultores por meio de assistência rural, tinham acesso a recursos financeiros através de projetos financiados (NOGUEIRA et al., 2021).

Ao longo da história vários conflitos foram gerados, resultando na criação do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 28/06/1996, com objetivo de fornecer crédito de investimento e custeio à agricultura familiar (GURGEL, 2016; PDHC, 2021).

Após o Pronaf, houve disputa entre a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o terceiro setor pelos recursos destinados à agricultura familiar. Assim, cada vez mais os movimentos sociais passaram a reivindicar a Ater pública, gratuita e de qualidade (MATTEI, 2005).

Devido estes conflitos em 28/11/2001 criou-se a política de Ater voltada para a agricultura familiar, denominada “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (Pnater). Em 2003, esta política ganha uma nova cara, tornando-se mais democrática e participativa (GONÇALVES et al., 2016; GURGEL, 2016).

Para que os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda, é necessário que os mesmos estejam cadastrados na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas.

Além dos agricultores/as familiares, são beneficiários da DAP pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (MAPA, 2019).

Diante deste cenário em que compreende-se a ideia da possibilidade de convivência com as condições do semiárido, adaptando-se a este, o Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC com o propósito de contribuir para a redução da pobreza rural, e das desigualdades, chega ao município de Picuí a partir de 2017, sendo implementado efetivamente em 2018, buscando assim promover as referidas mudanças no contexto da agricultura familiar, ao promover através de sua atuação, condições mais favoráveis de produção, a medida em que disponibiliza recursos e assistência técnica as famílias assistidas (LASSMANN, 2020; PDHC, 2021).

Como mencionado anteriormente o PDHC, foi efetivamente implementado no município de Picuí, a partir do ano de 2018, com o propósito de atuação e conclusão em 2020, situação alterada devido a pandemia de Corona Vírus que atingiu o mundo, reconfigurado muitos cenários, expectativas, o que não foi diferente quanto a execução do Projeto em questão.

Assim o presente trabalho procurou avaliar a atuação do PDHC no município de Picuí, observando o desempenho das famílias contempladas pelo Projeto, buscando assim traçar um diagnóstico socioeconômico das referidas famílias.

3 METODOLOGIA

3.1 Local da Pesquisa

O diagnóstico das famílias foi realizado no município de Picuí, localizado na Mesorregião da Borborema, Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, no Estado da Paraíba.

3.2 Coleta de dados

O levantamento das informações foi realizado utilizando o método participativo, tendo como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada norteadas por questionário utilizado no Projeto Dom Helder.

Segundo Verdejo (2006), o resultado desse diagnóstico constitui-se em uma orientação, e não um guia rígido, uma vez que cada diagnóstico representa uma etapa de reconstrução dos conhecimentos acumulados e um exercício de escuta, de observação e de síntese, servindo de estímulo à reflexão crítica e pessoal.

As ferramentas metodológicas são capazes de identificar, analisar e visualizar o cenário atual de um grupo e torná-lo organizado e fortalecido, contribuindo para a elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos conforme Andrade et al. (2018).

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram quantificados através de dados não-paramétricos, tais como: Coleta de dados por aplicação de formulários, leituras, revisão bibliográfica e entrevistas conforme procedeu também Carnevalli & Miguel (2007).

Numa pesquisa exploratória foram utilizados questionários, entrevistas, observação participante e análise de conteúdo, localizadas na zona rural do município de Picuí-PB. Segundo OLIVEIRA (1997), a escolha do método e técnica utilizada, depende do objetivo da pesquisa, dos recursos financeiros disponíveis, da equipe e elementos no campo da investigação.

3.3 Seleção das famílias

O público beneficiário da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER neste projeto, foi de 49 famílias, no município de Picuí/PB, prioritariamente, as quais são definidas

pela Legislação Federal, como agricultores familiares, isso de acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a qual define as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, e os critérios para identificação desse público conforme procedeu GURGEL (2016).

Após a etapa de identificação, foram selecionadas as quantidades de agricultores para a área de atuação do projeto, por categoria social, conforme critério de renda, até R\$89,00 per capita para as famílias beneficiadas com o fomento, e R\$100,00 per capita para as famílias beneficiadas, no enquadramento como beneficiários do PDHC.

No município de Picuí, 49 famílias foram contempladas no Projeto, as quais atenderam aos pré-requisitos solicitados, e devido a limitação de recursos, apenas 20 famílias foram contempladas com fomento.

Para caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores foi realizada a sistematização das informações obtidas por meio das entrevistas.

E os dados foram avaliados quantitativamente pelo método da estatística descritiva, e os dados qualitativos pelo método da distribuição de frequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Paraíba em 2018, no momento em que foi implantado o PDHC, dos 223 municípios, 53 foram contemplados, nos quais 2.704 famílias foram atendidas com ATER, em se tratando de fomento, apenas 1000 famílias foram beneficiadas com o valor de R\$ 2.400 em duas parcelas, a primeira parcela de R\$ 1.400, e a segunda de R\$ 1.000, está sendo liberada, posteriormente a comprovação da aplicação dos recursos, constatados após visitas técnicas regulares realizadas mensalmente.

No município de Picuí, 49 famílias foram contempladas no Projeto, as quais atenderam aos pré-requisitos solicitados, e assinaram um termo de adesão, e dessas, devido a limitação de recursos, apenas 20 famílias foram contempladas.

A partir deste momento foram realizadas visitas técnicas, cujo propósito foi debater com a família, a destinação dos recursos, tomando como ponto de partida, a vocação familiar, e possíveis potencialidades da propriedade, mas sempre deixando a decisão para a família.

Após a liberação dos recursos, as visitas dos técnicos aconteceram com o propósito de orientar acerca das atividades escolhidas, primeiramente para construção e/ou reforma das instalações para abrigo, contenção e manejo, inerentes à atividade.

Em um segundo momento, foram dadas orientações para aquisição de animais, quanto à sanidade e aptidão. Nas visitas seguintes foram trabalhadas orientações quanto às atividades escolhidas, como também a realização de atividades coletivas, dentre estas destaca-se o Como Acessar Mercados Institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Durante as visitas os técnicos também trataram de questões relacionadas ao crédito orientado, que em caso de necessidade constatada pela família, estes poderiam buscar os recursos do PRONAF, uma vez que todos detém a Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP.

O PDHC foi programado para ser implementado na Paraíba, no período compreendido entre 2017 e 2020, mas efetivamente foi iniciado em 2018, com previsão de conclusão em 2020.

Com advento da pandemia do Corona Vírus-SARS Covid-19, impossibilitou-se a realização de visitas, e mesmo estendendo o prazo para a conclusão do Projeto, foram diminuídas as visitas que seriam realizadas, mantendo-se os contatos com os beneficiários por meio de celular e whatsapp.

O ponto de partida para a realização desta pesquisa decorreu, não só como forma de atender os requisitos básicos para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia, mas também com o reflexão acerca da atuação do PDHC e as possíveis transformações provocadas pelo mesmo, no contexto da agricultura familiar do Seridó Oriental paraibano, região da cidade de Picuí, região está na qual atuo como extensionista rural (GOMES, 2007).

A partir dos dados acessados tornou-se possível verificar a condução do PDHC, por meio da atuação da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER, órgão surgido a com a extinção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER ocorrida em 2020.

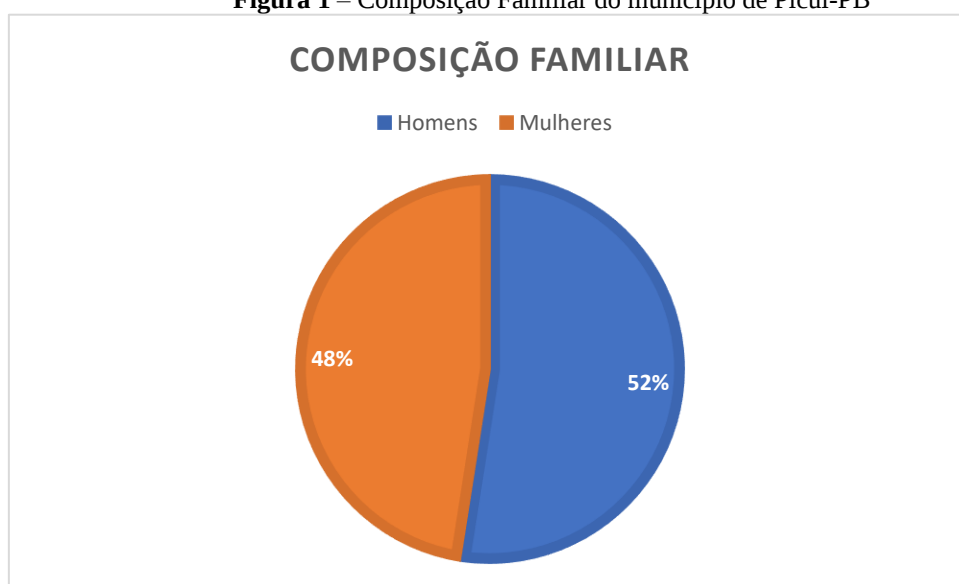
Para a realização deste presente diagnóstico, foram realizadas visitas aos beneficiários do Projeto, das 49 famílias contempladas, as entrevistas foram feitas com 40 famílias, uma vez que 07 famílias mudaram-se, e 02 decidiram sair do projeto, e ao responderem os questionários, possibilitou-se a avaliação das condições das referidas famílias, antes de implementação do Projeto, e as mudanças ocorridas durante o processo.

4.1 Perfil Socioeconômico das Famílias

4.1.1 Composição Familiar

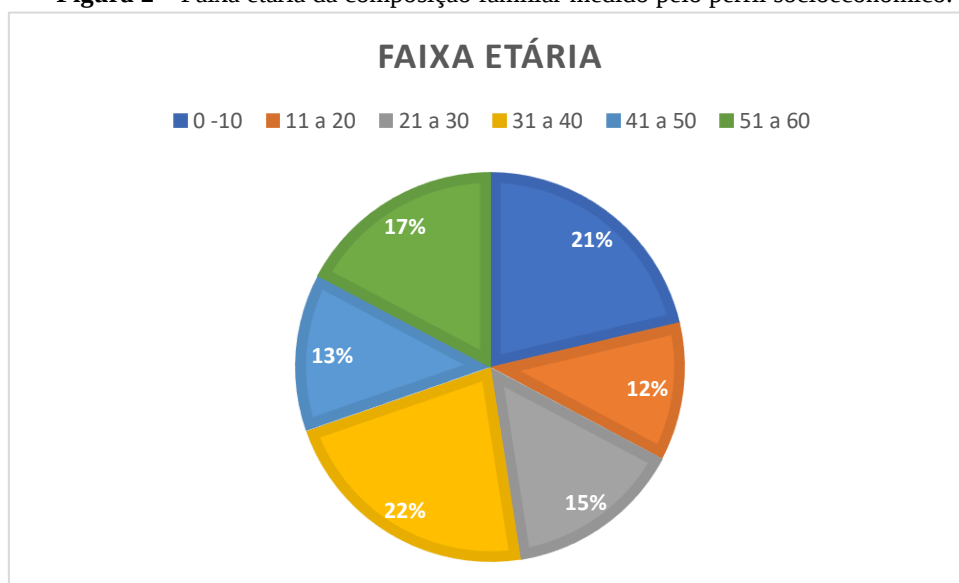
Dentre as 40 famílias entrevistadas, durante a pesquisa a composição familiar era formada por 48% de mulheres e 52% de homens, cuja a faixa etária em destaque ficou para adultos entre 31 e 40 anos, seguidos de crianças de 0 a 10 anos de idade. Conforme apresentados nas figuras abaixo na ordem de número 01 e 02:

Figura 1 – Composição Familiar do município de Picuí-PB



Demonstração dos dados coletados referente a faixa etária familiar daquelas famílias com perfil Socioeconômico variando de 0 até 60 anos de idade, localizadas no município de Picuí-PB. Pode-se observar que a classe de 0 – 10, anos foi o perfil ou a classe familiar mais prejudicado quanto ao perfil socioeconômico.

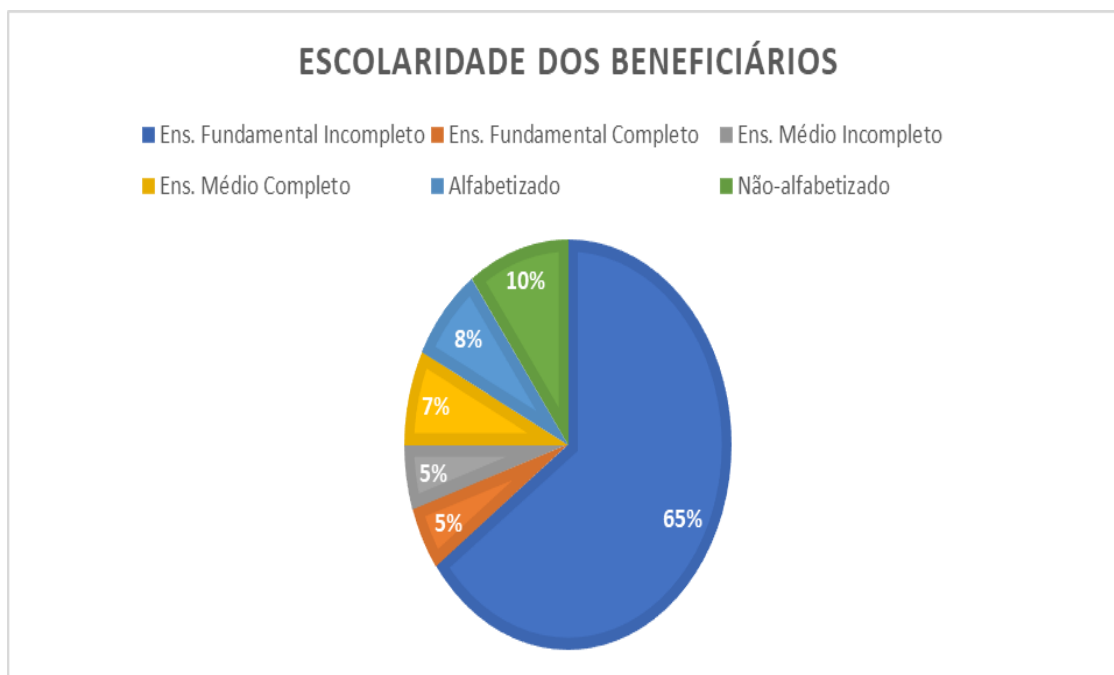
Figura 2 – Faixa etária da composição familiar medido pelo perfil socioeconômico.



4.1.2 Nível de Escolaridade

De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD realizada em 2019, no âmbito nacional, a proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade, que terminaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, manteve uma trajetória de crescimento, e alcançou 48,8% em 2019.

Figura 3 – Nível de escolaridade dos beneficiários mediante situação socioeconômica.



Entre aqueles que não completaram a educação básica, 6,4% eram sem instrução, 32,2% tinham o ensino fundamental incompleto, 8,0% tinham o ensino fundamental completo e 4,5%, o ensino médio incompleto.

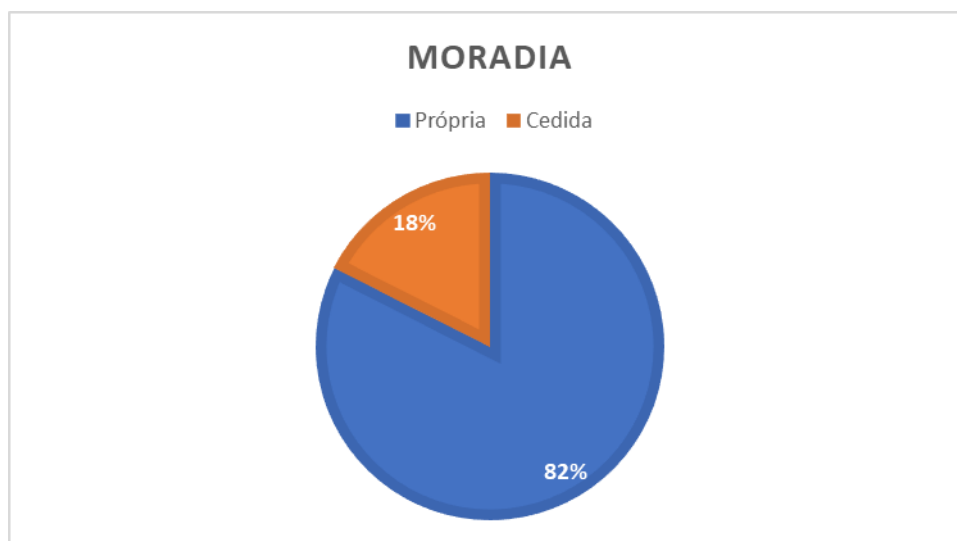
No diagnóstico realizado entre as famílias beneficiárias do Projeto PDHC, 65% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, contrastando com os 32,2% da média nacional, enquanto os índices dos ensinos fundamentais completos e incompletos, ensino médio incompletos e completos, são próximos.

Pode-se destacar que no primeiro ano da pandemia de Corona Vírus, ou seja 2020, uma vez que não dispunham de meios de acesso a internet, alguns estudantes encontraram dificuldades de acessibilidade as aulas remotas, fato alterado no início de 2021, quando da busca através de recursos próprios das famílias, de meios para a manutenção da educação através da internet.

4.1.3 Aspectos de Moradia

Dentre as famílias participantes do projeto 82% residem em casas próprias de alvenaria, 18% das famílias moram em casas cedidas por terceiros conforme apresentado ou elencado na Figura 4 abaixo.

Figura 4 – Situação de moradia avaliada pelo tipo de moradia das famílias situadas no município de cuité-PB.

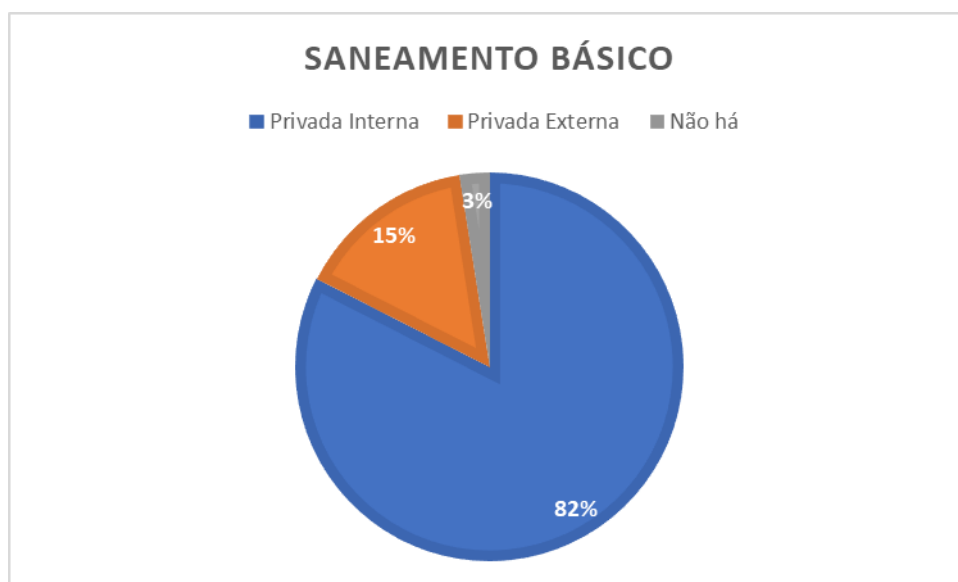


4.1.4 Saneamento Básico e Acesso a Água

Com relação ao saneamento básico, 98% das moradias possuem privadas higiênicas, destas 82% são localizadas na parte interna da moradia, 15% estão localizadas na parte externa, e apenas 2% não possui privada higiênica.

No que se refere ao acesso à água na zona rural, esta varia muito, principalmente na região do Semiárido brasileiro, por exemplo, há problema da escassez de água, devido à irregularidade das chuvas, associada à salinidade das águas subterrâneas e concentração dos mananciais característica típica do bioma Caatinga (Ministério da Cidadania, 2021).

Figura 5 – Saneamento básico das moradias das famílias localizadas no município de cuité-PB



Observou-se que 100% das famílias assistidas pelo Projeto possuem cisternas de placas em suas moradias, e o acesso a água destas acontece através de carros-pipas, utilizados mais intensamente durante o período de estiagem, sendo que 7% destas famílias, além do abastecimento com carros-pipas, utilizam água de poços.

Figura 6 – Consumo de água pelas famílias assentadas através de cisternas e carros-pipas.

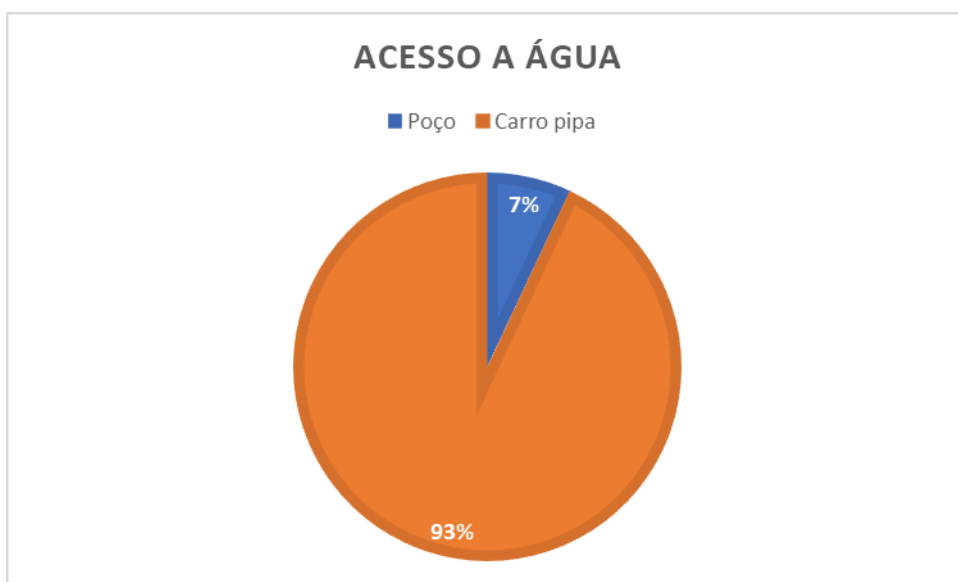
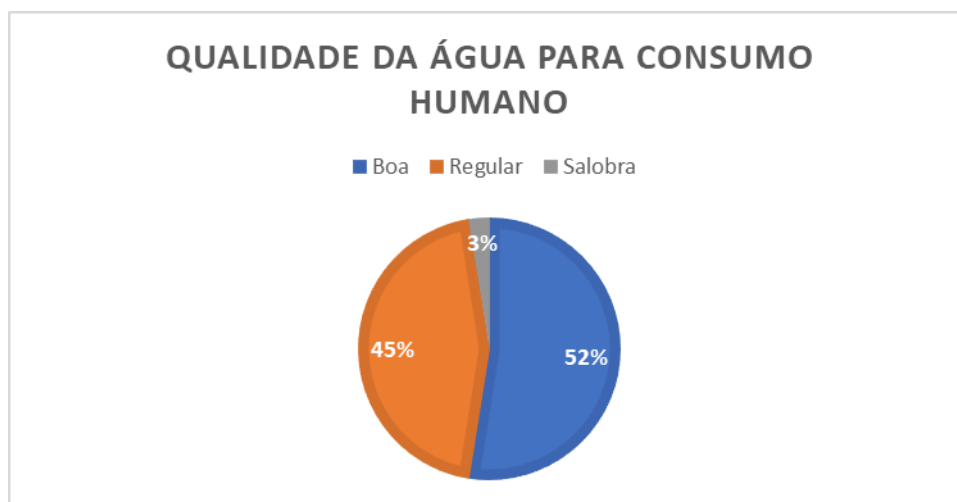


Figura 7 – Qualidade da água para consumo humano pelas famílias assentadas na zona rural do município de cuité-PB.



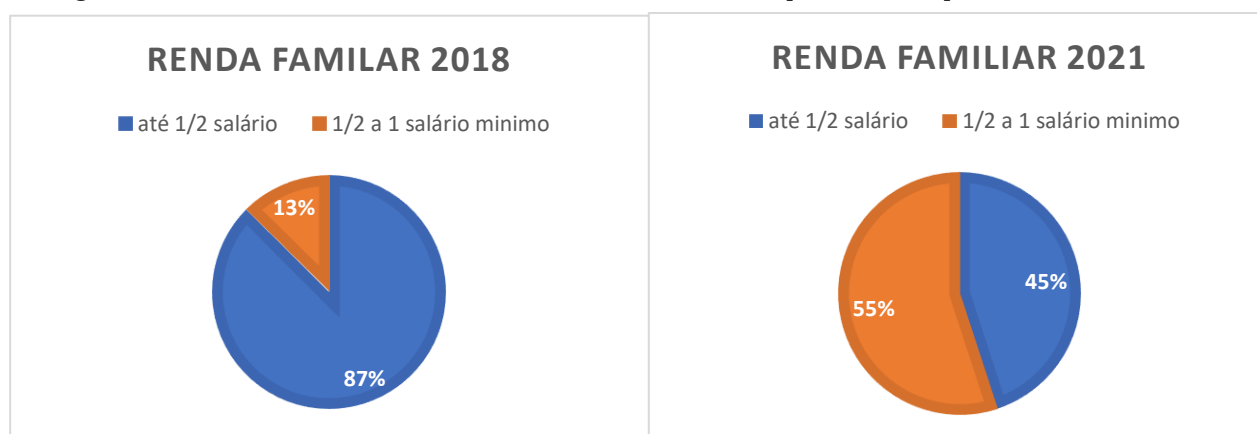
A avaliação da qualidade da água, foi constatada através de análise sensorial, e para tanto as famílias responderam questões sobre, os aspectos da água, como se esta era boa, regular, salobra, ou contaminada, 52% destas têm acesso a água de boa qualidade, 45% classificou a água como regular, caracterizada como a água que não é totalmente salobra, mas é possível perceber a presença de sais, e apenas 3%, o que correspondente a uma família, considera a água salobra.

4.1.5 Renda familiar analisada no início e no término da implementação do PDHC.

Constatou-se que das 40 famílias assistidas pelo projeto, pôde-se observar que houve um aumento de 13% para 55% no percentual de famílias que viviam com renda entre meio salário, a um salário-mínimo, a variação de renda familiar aconteceu em resposta às ações das assistências técnicas continuadas, as quais, juntamente com outras políticas públicas e/ou programas, possibilitaram um incremento de renda para as famílias beneficiadas, com o fomento, que permitiu a introdução ou melhoria das atividades trabalhadas, escolhidas pela família juntamente com o técnico executor.

No caso específico das famílias que receberam apenas a assistência técnica, constatou-se uma melhor relação com a parte documental, para acesso as demais políticas públicas disponíveis.

Figura 8 – Renda familiar das famílias assentadas na zona rural compreendidos no período de 2018 e 2021.



Das famílias assistidas pelo projeto houve um aumento de 13% para 55% no percentual de famílias que vivem com renda entre meio salário a um salário-mínimo, a variação de renda familiar aconteceu em resposta às ações da assistência técnica continuada, onde possibilitou um incremento de renda para as famílias beneficiadas com o fomento, que permitiu a introdução ou melhoria das atividades trabalhadas, escolhidas pela família junto ao técnico executor, para as famílias que receberam apenas a assistência técnica, foi constatado uma melhor relação com a parte documental, para acesso as demais políticas públicas.

Constatou-se que a melhoria na renda familiar, proporcionou a uma das famílias que reside em casa cedida, à aquisição de um terreno e o início da construção da casa própria conforme pode ser observado na foto disponibilizada em anexo.

Interessante destacar que quando da adesão dos beneficiários ao Projeto, a maior preocupação de todos estava relacionada ao receio de perder o acesso aos outros programas sociais, como no caso, o extinto Bolsa Família, atualmente substituído pelo Auxílio Brasil, implementado pelo atual governo.

Uma outra questão que causava receio, era a dúvida acerca das necessidade de apresentar contrapartida diante dos recursos recebidos. Após os esclarecimentos, houve a adesão de forma tranquila por parte das famílias, e decorrido aproximadamente 04 anos da implementação do projeto, ficou evidenciado a satisfação dos agricultores em relação ao desenvolvimento e execução do referido projeto.

Ao mesmo tempo deve-se destacar as sugestões e críticas, surgidas a partir dos próprios agricultores, quando da aplicação dos questionários, no que se refere ao PDHC, destacando-se em particular a necessidade da continuidade do mesmo, e a importância da ampliação do fomento, para todas as famílias que aderirem ao projeto.

5 CONCLUSÃO

Constatou-se após os resultados da pesquisa, o sentimento por parte das famílias contempladas, que o acesso ao Projeto possibilitou mudanças em suas vidas não tão somente no aspecto econômico, mas também em outras dimensões da vida social.

Mesmo que na ausência de indicadores objetivos dos impactos do Projeto na economia local, há indícios de impulsos nesse sentido, percebendo-se uma maior dinamização do comércio local de bens e serviços demandados pelas famílias atendidas pelo Projeto.

Deve-se destacar também que a utilização das metodologias participativas, em conjunto com a extensão rural, e a assistência técnica continuada, contribuíram para a correta aplicação do fomento, e consequentemente para a melhoria da renda das famílias envolvidas no Projeto.

Evidenciou-se também que o Projeto Dom Helder Câmara além de representar uma política pública, proporcionou uma melhoria na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, ao promover oportunidades de participação nas políticas públicas existentes, uma vez que através das informações disponibilizadas pelos técnicos, as famílias assistidas puderam obter informações de como acessar as referidas políticas públicas.

Outra questão observada também a partir das informações disponibilizadas pelos técnicos, foi a importância da atualização documental, e comprovação de suas atividades para fins de acesso a Previdência Social.

O desafio futuro para o PDHC consiste em fortalecer a promoção de inclusão social, desde que apoiado por outras políticas públicas, capazes de melhorar as condições socioeconômicas dos pobres do campo, criando assim um alicerce para o desenvolvimento local sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Boas Práticas em Agricultura Familiar no Semiárido é lançado em evento internacional.** Publicado em 24/03/2021 00h00 Atualizado em 09/09/2021 11h41. <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/manual-de-boas-praticas-em-agricultura-familiar-no-semiarido-e-lancado-em-evento-internacional>.

ALMEIDA, S. C. R. O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, pp. 63-90, 2020.

ARAUJO, A. P.; SILVA, S. B. Educação popular e os movimentos sociais do campo: por uma Pedagogia Decolônia. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 4-23, set.-dez. 2021.

ASCARI, J. P.; BARROS, C.; GRZEBIELUCKAS, C.; SEABRA JÚNIOR, S.; MENDES, I. R. N. Diagnóstico agrícola, socioeconômico e ambiental em propriedade de agricultura familiar. **Rev. Ciênc. Ext.** v. 15, n. 3, p.75-88, 2019.

BARACUHY, J. G. V.; FURTADO, D. A.; FRANCISCO, P. R. M. **Tecnologias de Convivência com o Semiárido Brasileiro.** 1ª Edição Campina Grande. EDUFPG, 2017 130f. disponível em: <https://agroecoculturas.org/wp-content/uploads/2017/09/Technologias-para-o-SA.pdf> Acesso em: 04/11/2019.

BELIK, Walter. **Auto-Regulação e Políticas Públicas para o Setor Agroalimentar no Brasil.** Campinas: IE/Unicamp, 1995 (Textos para Discussão).

BOSETTI, C. A territorialização do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Santa Catarina (2009-2018). **Revista Grifos.** v. 31, n. 1, p. 101-120, 2021.

CARNEVALLI, J. A.; MIGUEL, P. A. C. **Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo Survey sobre a aplicação do QFD no**

Brasil. Santa Bárbara d'Oeste: Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção – UNIMEP, 2007.

CÁRDENAS, L. J. C.; TRAPP, S. A. M.; RIQUELME, D. I. J. A consulta indígena como um mecanismo especial de accountability social. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 18, n. 41, p.69-89, 2021.

CHAVES, H. L.; ARCOVERDE, A. C. B. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Artigos • Serv. Soc.** v. 1, n. 141, p. 164-182, 2021.

EMPAER, **Projeto Dom Helder Câmara tira mais de 2,7 mil famílias da pobreza no semiárido.** Disponível em: <http://empaer.pb.gov.br/noticias/projeto-dom-helder-camara-tira-mais-de-2-7-mil-familias-da-pobreza-no-semiarido>. Acesso em: 13 out. 2021.

GOMES, S. A.; BASTOS, E. **Limites e Expectativas da Agricultura no PAA em Pernambuco.** In: BOTELHO FILHO; CARVALHO, Amauri (Organizadores), Flavio. Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Núcleo de Estudos Rurais, v. 7, nº 27, 2007.

GONÇALVES, L. C.; RAMIREZ, M. A.; SANTOS, M. Políticas de Extensão Rural no Brasil. In: GONÇALVES, Lúcio C. et al. **Extensão rural e conexões.** Belo Horizonte: FEPE, 2016. p. 80 – 97.

GUIMARÃES, M. D.; LIMA, C. M. D. Extensão Rural e Desenvolvimento Local: o projeto Dom Helder Câmara e a ovinocultura do Sertão de Alagoas. **DIVERSITAS JOURNAL.** Santana do Ipanema, Alagoas, v. 6, n. 1, p.1818-1827, 2021.

GUIMARÃES, M. D.; LIMA, C. M. D. Extensão Rural e Desenvolvimento Local: o projeto Dom Helder Câmara e a ovinocultura do Sertão de Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 6, p. 1818-1827, 2021.

GURGEL, R. F. DE S. **Agricultura familiar e assessoria técnica: uma análise da experiência do Projeto Dom Helder Câmara no Território Sertão do Apodi/RN**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Semi-rido, Mossoró/RN, 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Picuí. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>. Acesso: 25 out.2021.

LASSMANN, E. T. **O legado dos programas proambiente e Dom Hélder Câmara**. 2020. 57 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

LASSMANN, E. T.; AVILA, M. L. Inovação no semiárido do Rio Grande do Norte: agroecologia no projeto Dom Helder Câmara. **Cadernos de Agroecologia, Agroecologia, São Cristóvão**, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

MACHADO, J. T. M.; MIGUEL, L. A.; TONIN, J. Estratégias produtivas e reprodução socioeconômica da agricultura de porto vera cruz, rio grande do sul. **Revista Grifos – Unochapecó**, v. 31, n. 56, p. 49-73, 2022.

MAPA. **"Temos que tirar pequeno produtor do patamar de baixa tecnologia"**. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/temos-que-tirar-pequeno-produtor-dopatamar-de-baixatecnologia-diz-ministra> Acesso: 10 out. 2021.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v.10, n.12, p.1-17/2010.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

NOGUEIRA, A. C. M.; Amaral, A. M. S.; Andrade, J. M. S.; Avelar, J. S.; Góes, B. C. Crédito rural e o desempenho da agricultura no Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas**, v. 15, n. 1, p. 168-189, 2021.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: PROJETOS DE PESQUISAS**, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAES, B. R. C. “**PRONAF: PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR — DESENVOLVIMENTO E DESDOBRAMENTO NOS ANOS DE 1996 A 2016**” 1. ed. São Paulo: UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, 2021.

PEREIRA, A. S.; SHITSUBA, D. M.; Parreira, F. J.; SHITSUBA, R. **Metodologia da pesquisa Científica**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

PROJETO DOM HELDER CAMARA – PDHC. **Semear Internacional**. Disponível em: <http://portalsemear.org.br/fida/projeto-dom-helder-camara/>. Acesso em: 25/10/2021.

SCHINATTO, A. G. C.; CARRARA, A. F. Acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 422-446, 14 dez. 2021.

SILVA, M. A. O mercado de trabalho brasileiro e mundial em contexto de crise global do capital. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v. 8, n. 57, p. 338-348, 2020.

SINGER, P. Apresentação. In: ABRAMOVAY, R. (org.) **Laços Financeiros na Luta Contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS/CUT; Sebrae, 2004.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62p.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS CURSO DE ZOOTECNIA

IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

NOME: _____ **APELIDO:** _____
IDADE: _____ ANOS **SEXO:** MASCULINO () FEMININO () **ESTADO CIVIL:** _____

COR/ETNIA: BRANCO(A) () PARDO (A) () NEGRO(A) () AMARELO(A) () INDÍGENA(A) ()

ESCOLARIDADE:

ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO () ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO () ENS. MÉDIO INCOMPLETO () ENS. MÉDIO COMPLETO () ENS. SUPERIOR INCOMPLETO () ENS. SUPERIOR COMPLETO ()

NOME DO CÔNJUGE: _____ **APELIDO:** _____

COR/ETNIA: BRANCO(A) () PARDO (A) () NEGRO () AMARELO(A) () INDÍGENA ()

ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE:

ENS. FUNDAMENTAL INCOMPLETO () ENS. FUNDAMENTAL COMPLETO () ENS. MÉDIO INCOMPLETO () ENS. MÉDIO COMPLETO () ENS. SUPERIOR INCOMPLETO () ENS. SUPERIOR COMPLETO ()

RELAÇÃO DE EMPREGO RENDA:

RENDA DA ATIVIDADE PRODUTIVA? NÃO () SIM ()

QUAL: _____

RENDA DO TRABALHO ASSALARIADO? NÃO () SIM ()

QUAL: _____

APOSENTADORIA? NÃO () SIM ()

QUAL: _____

PROGRAMA SOCIAL? NÃO () SIM ()

QUAL: _____

BENEFÍCIO SOCIAL? NÃO () SIM ()

OUTROS: _____

RENDA FAMILIAR DECLARADA 2018 (ÚLTIMOS 12 MESES):

ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO () DE ½ A 1 SALÁRIO MÍNIMO () DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS ()

DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS () DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS () DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS ()

RENDA FAMILIAR DECLARADA 2021 (ÚLTIMOS 12 MESES) :

ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO () DE ½ A 1 SALÁRIO MÍNIMO () DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS ()
 DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS () DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS ()
 ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS ()

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

FAIXA ETÁRIA EM ANOS	0 A 10	11 A 20	21 A 30	31 A 40	41 A 50	51 A 60	MAIS DE 60
HOMENS							
MULHERES							
TOTAL							

HABITAÇÃO:

ÁREA DA PROPRIEDADE: _____

TIPO DE MORADIA: ALVENARIA () TAIPA () OUTROS: _____

CONDIÇÃO DE MORADIA: PRÓPRIO () ALUGADO () CEDIDO () NÚMERO DE CÔMODOS: _____

SAÚDE/SANEAMENTO BÁSICO:

MEIO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADO: POÇO () ADC () ADS ()

CISTERNA NA MORADIA () OUTROS: _____

QUALIDADE DA ÁGUA: BOA () REGULAR () SALGADA () SALOBRA () CONTAMINADA ()

EXISTE AGENTE DE SAÚDE? NÃO () SIM ()

EXISTE PRIVADA HIGIÊNICA? NÃO () SIM () INTERNA OU EXTERNA? _____

DESTINO DO LIXO? _____

DESTINO DA PRODUÇÃO:

FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO () COOPERATIVA () INTERMEDIÁRIOS ()

FEIRAS LIVRES () CENTRAIS DE ABASTECIMENTO () OUTROS: _____

POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS:

ATÉ 2018: _____

APÓS 2018: _____

INVESTIMENTO COM O FOMENTO(PDHC-2018): _____

BENS ADQUIRIDOS DE 2018 À 2021: _____

ANIMAIS COMERCIALIZADOS DE 2018 À 2021: _____

MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA DA PROPRIEDADE DE 2018 À 2021: _____

ATIVIDADES TRABALHADAS ATÉ 2018: _____

ATIVIDADES TRABALHADAS APÓS 2018: _____

CRÉDITO RURAL:

FINALIDADE: INVESTIMENTO () CUSTEIO ()

ORIGEM DOS RECURSOS: COOPERATIVAS () PARTICULARES () FINANCIAMENTO BANCÁRIO () FOMENTO ()

NENHUM () OUTROS: _____

DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE O PERÍODO DO PROJETO (2018 À 2021)
CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA PARA A FAMÍLIA
SUGESTÕES/CRÍTICAS AO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA

ANEXO 2 – ATIVIDADES TRABALHADAS**Unidade demonstrativa/Suinocultura****Avicultura****Ovinocultura****Bovinocultura****Capacitação de Acesso aos Mercados****Casa de um beneficiário em construção**